

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Nota.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Três dias após queda, Petrobras sobe preço da gasolina e do diesel.....	2
Título: Petrobras corta o preço do gás liquefeito para indústrias em 5%.....	2
VEÍCULO: Correio Braziliense	3
Título: Gasolina a R\$ 3,05 por litro.....	3
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: MME promete propostas concretas para o setor elétrico nesta semana	5
Título: Produção de petróleo no país aumenta 4,5% em maio	7
Título: SP deve atrair US\$ 40 bi em novos investimentos do setor	8
Título: Brasil será um dos principais mercados da recém-criada BHGE.....	9
Título: Destaques	11
Título: Governo de São Paulo corre para vender a Cesp	12
Título: Ex-presidente da Light avalia comprar distribuidora.....	14
Título: Queda de preço reduz impacto do GSF a R\$ 13 bi	16
Título: Curtas	17
Título: Ibovespa tem giro fraco, mas sobe com siderúrgicas.....	18

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Nota**

Mudança na Vale

Luiz Eduardo Osorio, ex-diretor da CPFL, será o novo diretor executivo de Relações Institucionais da Vale.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO****Título: Três dias após queda, Petrobras sobe preço da gasolina e do diesel**

A Petrobras anunciou, nesta segunda (3), o primeiro reajuste de preços da gasolina e do diesel sob a nova política anunciada na sexta (30). Três dias após cortes de 5,9% e 4,8%, agora os preços vão subir 1,8% e 2,7%.

Os novos valores passam a vigorar nesta terça (4). A política de preços anunciada na sexta autoriza a realização de ajustes diários, com o objetivo de reduzir as oportunidades de importação de combustíveis por terceiros, que vêm roubando mercado da produção das refinarias da estatal.

Na nova política, não estão previstos comunicados ao mercado para divulgar cada reajuste. A estatal, portanto, não justificou a mudança repentina nos preços.

Os ajustes agora são definidos pela gerência de marketing e comercialização de combustíveis, desde que a variação acumulada no mês não seja superior a 7%, para cima ou para baixo.

Antes, um grupo formado pelo presidente da estatal, Pedro Parente, e pelos diretores Financeiro, Ivan Monteiro, e de Refino e Gás, Jorge Celestino, definia os preços, que variavam, em média, uma vez por mês.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO****Título: Petrobras corta o preço do gás liquefeito para indústrias em 5%**

A Petrobras anunciou nesta segunda (3) aos seus clientes um corte de 5% no preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) vendido em botijões maiores do que 13 quilos ou a granel. A redução atinge principalmente consumidores industriais e comerciais.

Já o preço do gás vendido em botijão de 13 quilos, mais usado em residências, será revisto na próxima quarta (5), conforme estabelecido em política de preços anunciada no dia 7 de junho. Na ocasião, o valor de venda do produto foi elevado em 6,7%.

Desde 2003, a Petrobras pratica preços diferentes para o mercado residencial, seguindo determinação do (CNPE) Conselho Nacional de Política Energética.

A última vez em que a Petrobras revisou o preço do gás vendido em vasilhames maiores ou a granel foi em abril, com queda de 4%.

Ainda assim, o Sindicato das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicás) calcula que os preços nacionais estejam 45% superiores ao custo do produto importado.

"É uma redução positiva, mas ainda vemos espaço para novas quedas", diz o presidente da entidade, Sergio Bandeira de Mello.

RESIDENCIAL

Com a queda nas cotações europeias do GLP, diante da redução no consumo que tradicionalmente ocorre no verão do Hemisfério Norte, o mercado vê espaço também para corte no preço do gás para botijões de 13 quilos, que será revisto na quarta.

A nova política de preços da Petrobras considera como base a cotação do oeste europeu, o custo do frete e a variação da taxa de câmbio.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Gasolina a R\$ 3,05 por litro

A guerra de preços entre os postos de combustível continua beneficiando os consumidores. Em estabelecimentos do Plano Piloto, era possível, ontem, encontrar gasolina por menos de R\$ 3,05 o litro. De acordo com levantamento realizado pelo Correio, em cinco postos do Eixo Sul, o valor do litro estava em R\$ 3,049. Já na Asa Norte, os preços eram mais diversos, com valores entre R\$ 3,05 e R\$ 3,69.

Pesquisar os preços ainda é a forma mais eficaz de economizar na hora de abastecer o carro, já que a diferença cobrada entre os postos passa dos R\$ 0,50 por litro. Mesmo parecendo pouco, o consumidor pode poupar até R\$ 25 a cada 50 litros.

Um dos motivos para os preços estarem mais acessíveis foi a redução dos valores dos combustíveis nas refinarias, anunciada na semana passada pela Petrobras. A estatal decidiu cortar em 5,9% o valor cobrado pela gasolina e em 4,8% o do óleo diesel. A decisão foi tomada para aumentar a competitividade dos produtos da companhia no mercado interno, no confronto com os

importados, que vinham ganhando participação no consumo doméstico. Ontem à noite, porém, a Petrobras anunciou um novo reajuste, desta vez, de alta. De acordo com a nova política de preços da Petrobras, os valores cobrados nas refinarias passaram a ser mais frequentes, podendo até ter mudanças diárias.

A redução dos preços no Distrito Federal reflete também a ação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra os cartéis dos revendedores locais de combustível. Com o fim do esquema, a maioria dos postos está repassando, quase que integralmente, ao consumidor as reduções de preços promovidas pela Petrobras nas refinarias. Disputar a preferência do consumidor passou a ser a tônica.

Para o brasiliense, a queda constante nos valores é bem-vinda, já que, com a crise econômica, que aumentou o desemprego e corroeu a renda das famílias, toda economia é válida. “Depois dos aumentos absurdos que tivemos na gasolina, é bom ter essa diminuição permanente. Nesse contexto de crise econômica pelo menos a gasolina está dando um alívio nas contas”, desabafou Edno Almeida, 35 anos, coordenador de segurança.

A esperança dos clientes é que os valores diminuam ainda mais. Para o analista de sistemas Camilo Silva, 59, eles estão melhorando, mas ainda falta muito para ficarem de acordo com o orçamento do consumidor. “Os preços da gasolina estão razoáveis. Espero que caiam mais, porque, com a recessão, o brasileiro não está podendo gastar muito. Então, quanto mais barato melhor para o nosso bolso”, disse.

A redução acentuada dos preços, porém, também gera preocupações. A principal delas é a possibilidade de adulteração do combustível. Para Edno Almeida, se o problema for garantir a segurança, é preferível pagar um pouco mais caro. “Mesmo que custe um pouco mais, eu abasteço sempre nos mesmos postos. Ter segurança em relação ao combustível que coloco no carro é importante”, afirmou o coordenador.

Especialistas recomendam muito cuidado na hora do abastecimento. Para não ter surpresas indesejadas, o recomendado é fazer uma boa pesquisa sobre o histórico dos postos para que, no fim das contas, o barato não signifique problemas futuros mais sérios. É o que faz o analista de sistemas Camilo Silva. “Eu pesquiso muito a procedência do estabelecimento, assim fico mais tranquilo em relação à gasolina que utilizo no meu carro”, explicou.

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Valores mais altos

A Petrobras anunciou ontem um aumento de 1,8% nos preços da gasolina e de

2,7% nos do diesel nas refinarias. Esse é o primeiro aumento nos preços dos combustíveis desde que a companhia anunciou as novas regras da política de preços, que permitem à estatal aumentar a frequência de seus ajustes. A mudança foi divulgada na última sexta-feira, quando a estatal havia reduzido em 5,9% o preço da gasolina e em 4,8% o do diesel.

Compare!

Veja onde o combustível está mais barato

Posto Preço 19/6 Preço 3/7

Ale (Setor Hoteleiro Sul Posto da Torre) 3,15 3,09

Petrobras (Eixo W 103 sul) 3,15 3,06

Petrobras (Eixo W 105 Sul) 3,29 3,29

Posto Luís (Eixo W 106 Sul) 3,55 3,55

Petrobras (Eixo W 113 Sul) 3,15 3,05

Shell (Eixo W 115 Sul) 3,15 3,15

Petrobras (Eixo L 214 Sul) 3,16 3,13

Petrobras (Eixo L 212 Sul) 3,49 3,39

JarJour (Eixo L 210 Sul) 3,15 3,05

PB (Eixo L 206 Sul) 3,15 3,05

Ipiranga (Eixo L 204 Sul) 3,15 3,05

Petrobras (Eixo L 202 Sul) 3,15 3,05

Petrobras (Eixo L 203 Norte) 3,15 3,06

Ipiranga (Eixo L 204 Norte) 3,29 3,29

JarJour (Eixo L 206 Norte) 3,15 3,05

Petrobras (Eixo L 208 Norte) 3,15 3,06

Ipiranga (Eixo L 210 Norte) 3,15 3,05

Shell (Eixo L 212 Norte) 3,17 3,06

Petrobras (Eixo L 214 Norte) 3,19 3,06

Petrobras (Eixo W 113 Norte) 3,15 3,06

Ipiranga (Eixo W 112 Norte) 3,15 3,06

Shell (Eixo W 109 Norte) 3,17 3,69

Petrobras (Eixo W 107 Norte) 3,17 3,17

Petrobras (Eixo W 105 Norte) 3,49 3,49

Petrobras (Eixo W 103 Norte) 3,59 3,54

Petrobras (SIG Quadra 3) 3,12 3,12

Garantia (SIG Quadra 3) 3,13 3,13

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De Brasília

Título: MME promete propostas concretas para o setor elétrico nesta semana

O Ministério de Minas e Energia deve divulgar ainda nesta semana propostas mais concretas para mudanças em estudo no setor elétrico, que podem integrar uma medida provisória em elaboração. A pasta divulgou ontem relatório com "princípios" para a reorganização do setor elétrico, que ficará em consulta pública por 30 dias.

Em evento ontem no Recife, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse que as propostas devem ser tornadas públicas nos próximos dias.

Com isso, o governo deve conseguir ganhar credibilidade para a MP, muito aguardada no setor pela expectativa de que vai trazer soluções para questões urgentes, como a judicialização referente ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês), a discussão sobre as cotas de garantia física e potência e a expansão do mercado livre.

"Nossa ideia é dar transparência cada vez maior ao mercado. Sair de uma época em que o governo era protagonista, por meio das estatais, entrando numa era em que o mundo de investimentos é o maior protagonista do setor", disse, ao **Valor**, o secretário-executivo do MME, Paulo Pedrosa.

Para nortear a discussão, o ministério divulgou 10 princípios que terão que ser seguidos pela nova MP: respeito aos direitos de propriedade, contratos e intervenção mínima; meritocracia, economicidade e eficiência; transparência e participação da sociedade; isonomia; valorização da autonomia dos agentes; adaptabilidade e flexibilidade; coerência; simplicidade; previsibilidade e conformidade dos atos praticados; e definição clara de competências e respeito ao papel das instituições.

Segundo Pedrosa, a ideia é divulgar primeiro a visão de princípios para, em seguida, compartilhar "uma visão de futuro e mudança legal" no setor elétrico. Com isso, as mudanças terão mais credibilidade.

No início de maio, o **Valor** antecipou que a MP estava em elaboração pelo governo, para alterar questões como ampliação do mercado livre, descotização e o contrato da hidrelétrica binacional de Itaipu, que vence em 2023.

Pedrosa disse que a discussão sobre Itaipu não deve entrar nessa MP. "Pelo nosso entendimento, não deve entrar agora, porque é uma questão binacional. Não tivemos tempo de uma discussão profunda com o Paraguai. Mas, ao termos os princípios, teremos também clareza sobre como olhar Itaipu", disse. A medida provisória deve abordar os outros temas já citados acima, além da discussão da separação entre lastro e energia, e as políticas para fontes renováveis, entre outras questões.

A ideia do governo é garantir que os novos investimentos no setor elétrico tenham como arcabouço uma regulação "transparente, confiável e previsível, que defina regras e condições que viabilizem a atratividade e permitam a remuneração desses investimentos através da formação de preços em mercado, ou de tarifação, quando for o caso", diz o documento divulgado pelo governo.

A intervenção do governo só poderá acontecer quando o mercado não garantir a segurança energética ou a incorporação de custos sociais. Esse arcabouço de regras deve ajudar a criar um ambiente de confiança e competitividade entre os agentes e instituições no setor elétrico, diz o documento.

Segundo Pedrosa, atualmente, os "princípios" do setor elétrico são modicidade, segurança e universalização. "Mas esses não são princípios, são objetivos. Não estou confrontando os objetivos, mas dizendo que, se queremos um objetivo de modicidade, vamos atingir usando o princípio da transparência, da eficiência. É uma discussão que mostra por parte do MME um amadurecimento muito grande, para garantir o máximo de previsibilidade", disse.

Com essa visão de princípios, será difícil, por exemplo, criar novos subsídios no setor elétrico no futuro, apesar da pressão existente nesse sentido, disse Pedrosa.

Para Rodrigo Leite, advogado do escritório LVA, embora o documento publicado ontem seja ainda muito inicial, é importante que o ministério reconheça que existe um problema no que se refere à intervenção do estado. "Eles anunciaram que a intervenção só se dará quando necessário. Foi interessante essa ênfase, reconheceram um erro e falaram que precisam mudar", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Produção de petróleo no país aumenta 4,5% em maio

A produção nacional de petróleo cresceu 4,5% em maio, ante abril, informou ontem a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ao todo, foram produzidos, no mês retrasado, 2,653 milhões de barris por dia, o que representa crescimento de 6,7 % em relação a maio de 2016.

Também foram produzidos, em maio, 105 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, o que significa uma alta de 2,1% frente abril e de 5% na comparação anual. A queima totalizou 3,7 milhões de m³ /dia, o que representa um aumento de 4,3% se comparada a abril e de 1% em relação a maio de 2016.

A produção total de petróleo e gás, por sua vez, cresceu 4% ante abril e 6,32% na comparação anual, para 3,312 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia). Desse total, 1,572 milhão de BOE/dia, ou 47,5%, foram produzidos no pré-sal.

A produção na camada abaixo do sal, oriunda de 75 poços, foi de 1,265 milhão de barris/dia de petróleo e 49 milhões de m³ /dia de gás natural.

A ANP divulgou também os dados de consumo de combustíveis. Em maio, as vendas cresceram 1,52%, ante igual período do ano passado, mas ainda acumulam uma retração de 1,8% no ano. Ao todo, foram comercializados, no mês retrasado, 11,366 bilhões de litros.

Depois de caírem 9,3% em abril, as vendas de diesel voltaram a subir em maio. O consumo do derivado totalizou, no mês retrasado, 4,613 bilhões de litros, o que representou um aumento de 2,5% ante igual período do ano passado. No ano, contudo, o diesel acumula uma queda de 2%.

O consumo de gasolina, por sua vez, subiu 10,35% em maio, na comparação anual, para 3,783 bilhões de litros, e acumula uma alta de 6,5% nos cinco primeiros meses do ano. As vendas do derivado têm deslocado parte do consumo de etanol hidratado, que recuou 21% em maio e 19,7% no acumulado do ano, e ajudado a sustentar o crescimento do mercado de veículos leves.

Ao todo, o consumo entre veículos do ciclo Otto (que rodam com motores a gasolina e/ou etanol) acumula uma alta de 1,42% no ano, em volumes de gasolina equivalente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Thais Carrança | De São Paulo

Título: SP deve atrair US\$ 40 bi em novos investimentos do setor

O Estado de São Paulo deve receber potencialmente US\$ 40 bilhões em investimentos diretos a partir das nove rodadas de licitações de campos de petróleo e gás natural previstas para acontecer até 2019, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O montante representa metade do investimento total previsto em todo o Brasil, de US\$ 80 bilhões.

O número foi apresentado pelo diretor-geral da ANP, Décio Oddone, que esteve reunido ontem no Palácio dos Bandeirantes com o governador Geraldo Alckmin (PSDB). As áreas licitadas no litoral do Estado têm 5 bilhões em barris de óleo

recuperáveis, segundo a estimativa da agência, e devem exigir a instalação de 11 unidades de produção, em mais de 170 poços.

Os royalties distribuídos ao Estado devem chegar a mais de US\$ 11 bilhões, com a produção superando 1,1 milhão de barris de petróleo diários até 2027, ante cerca de 300 mil barris diários atuais. Com isso, o Estado deve se tornar o segundo maior produtor de petróleo do Brasil.

São Paulo é hoje o terceiro maior produtor de petróleo e o segundo de gás natural do Brasil. Em abril de 2017, o Estado produziu 331 mil barris de petróleo por dia, equivalente a 13% da produção nacional, e 18,7 milhões de metros cúbicos de gás natural, correspondentes a 18% da produção brasileira. O Estado possui hoje seis campos produtores. As áreas já contratadas no litoral de São Paulo têm 480 milhões de barris recuperáveis de óleo, gerando US\$ 2 bilhões em investimentos diretos e US\$ 1,5 bilhão em royalties distribuídos.

Neste ano serão realizadas ainda três rodadas de licitação de campos. A 14ª rodada, prevista para 27 de setembro, vai oferecer 76 blocos na bacia de Santos, dos quais 57 localizados total ou parcialmente no Estado de São Paulo. Ao todo, a rodada deve oferecer 287 blocos em nove bacias, fora do polígono do pré-sal.

Também estão previstas para 2017 duas rodadas de partilha de produção, que serão realizadas em 27 de outubro, com áreas nas bacias de Campos e Santos. No litoral de São Paulo, serão oferecidas as áreas Norte de Carcará e Entorno de Sapinhoá, na segunda rodada de partilha, e a área de Peroba, na terceira rodada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Brasil será um dos principais mercados da recém-criada BHGE

O Brasil será um dos principais mercados da BHGE, empresa criada a partir da fusão entre a unidade de negócios de petróleo e gás da GE (GE Oil & Gas) e a Baker Hughes, concluída ontem. De acordo com Lorenzo Simonelli, presidente mundial da BHGE, a companhia é a maior fornecedora de bens e serviços para campos petrolíferos do Brasil. O país, explicou, teve papel importante no negócio fechado entre as duas gigantes mundiais prestadoras de serviço para o setor petrolífero.

"Somos o maior player no Brasil e queremos manter isso", afirmou Simonelli, em entrevista exclusiva ao **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**. "O Brasil desempenhará um papel chave no futuro, sob a perspectiva de óleo e gás e vamos investir no longo prazo", completou o executivo, destacando

as oportunidades de negócios em projetos no pré-sal, em águas ultraprofundas do pós-sal e em áreas terrestres.

Da GE, a nova companhia incorpora ao seu portfólio sobretudo os equipamentos subsea (submarinos) e soluções digitais. Já da Baker Hughes, a BHGE herda principalmente as tecnologias de perfuração e completação (fase em que se prepara o poço para produção).

A BHGE passa a oferecer serviços integrados em praticamente toda a cadeia de exploração e produção e ganha musculatura para competir sobretudo com a Schlumberger, maior fornecedora global de bens e serviços para o setor. Outro benefício, ressaltou Simonelli, é a redução de custos e aumento de produtividade que a companhia proporcionará às clientes petroleiras, em um momento crucial de preço baixo do barril do petróleo.

Com um faturamento anual combinado, entre GE Oil & Gas e Baker Hughes, da ordem de US\$ 23 bilhões (o equivalente a R\$ 76 bilhões), a nova empresa supera a Halliburton (US\$ 15,8 bilhões) e encosta na francesa Schlumberger (US\$ 27,8 bilhões) em termos de receita global.

Simonelli não revelou qual é a participação do Brasil nos cerca de US\$ 23 bilhões, com base em dados de 2006, mas contou que o Brasil, onde estão mais de 3 mil funcionários e muitas instalações da BHGE, "definitivamente" está no "Top-10" dos principais países para o grupo e que a Petrobras é uma das empresas "chave" para a qual a companhia pretende fornecer soluções.

Para ressaltar a importância do Brasil nos planos da nova empresa, o executivo lembrou que, nos últimos dois anos, GE Oil & Gas e Baker Hughes investiram US\$ 282 milhões no país. Desse total, a Baker Hughes desembolsou US\$ 100 milhões e a GE investiu o restante em expansão e modernização em unidades em Niterói e Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, e Jandira, em São Paulo. Simonelli também destacou o centro global de pesquisa da GE, localizado no Rio.

Além disso, entre 2013 e 2014, a GE arrematou contratos da ordem de US\$ 1,3 bilhão com a Petrobras para fabricação de diferentes tipos de equipamentos, desde geradores elétricos para plataformas marítimas de produção de petróleo até manifolds (junção de tubos e canais) para águas ultraprofundas.

Ressaltando o potencial de recursos petrolíferos do Brasil e lembrando dos leilões de áreas exploratórias da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) previstos para este ano, sendo dois no pré-sal, o executivo ressaltou que a BHGE também pretende ampliar sua base de clientes locais, com destaque para outras petroleiras que estão investindo continuamente aqui, como

Total e Statoil. O executivo explicou ainda que pretende fazer visitas frequentes ao país para se reunir com clientes.

Questionado sobre a possibilidade de aquisição de outras empresas da cadeia de fornecedores da indústria de petróleo e gás do Brasil, Simonelli explicou que não descarta essa possibilidade no futuro. "Primeiro vamos ter certeza de que a integração foi bem sucedida, em linha com as expectativas dos clientes e então estaremos sempre olhando oportunidades para crescer e beneficiar nossos clientes."

Após concluir a fusão, ontem, a BHGE terá cerca de 70 mil funcionários, com operações em mais de 120 países e 125 anos de experiência, com expertise para fornecer soluções tanto em exploração e produção (perfuração, completação e produção), como "midstream" (infraestrutura para gás natural liquefeito, dutos e armazenamento) e refino e petroquímica.

A GE terá 62,5% de participação na BHGE, enquanto acionistas da Baker Hughes ficarão com 37,5%. Esses acionistas terão direito ainda a um dividendo extraordinário de US\$ 17,50 por ação, que será pago em 6 de julho. As ações da Baker Hughes deixarão de ser negociadas após o fechamento de hoje da bolsa de Nova York (Nyse). E os papéis da BHGE passarão a ser negociados em 5 de julho.

A associação com a GE não é a primeira tentativa da Baker de se unir à concorrência. Em 2015, a companhia já havia anunciado um acordo de fusão com a Halliburton, em um negócio avaliado em US\$ 35 bilhões. A operação, no entanto, acabou não avançando devido a dificuldades em obter aprovação dos órgãos de defesa da concorrência em vários continentes, inclusive no Brasil.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na época, declarou que a fusão entre as duas empresas era "complexa".

A GE também fez uma série de aquisições no setor petrolífero nos últimos anos, como a compra da Wellstream, fabricante de tubos flexíveis e equipamentos submarinos, por US\$ 1,3 bilhão, em 2011.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Alta do petróleo

O petróleo tipo WTI para entrega em agosto fechou em alta de 2,24%, a US\$ 47,07 o barril na New York Mercantile Exchange. O Brent para setembro avançou 1,87%, a US\$ 49,68 o barril na ICE Futures Europe. O petróleo subiu pela oitava sessão consecutiva. O Brent anotou a sua sequência mais longa de ganhos em mais de cinco anos, enquanto o WTI conseguiu a maior série desde 2010. Analistas comentaram que o declínio da contagem de sondas em operação nos EUA trouxe de volta a expectativa de queda no ritmo da produção do país.

Reajustes da Petrobras

A Petrobras reajustou em 2,7% os preços do diesel e em 1,8% os preços da gasolina nas refinarias. A revisão, válida desde ontem, é a primeira anunciada pela petroleira desde o início da vigência das novas regras da política de preços da estatal, com frequência até dia diária. Na sexta-feira, ao anunciar os novos procedimentos, a estatal informou redução média de 5,9% para a gasolina e 4,8% para o diesel. O objetivo das novas regras é reduzir o impacto da alta volatilidade do preço do petróleo e do câmbio com impacto na perda de mercado da empresa para a importação de derivados por terceiros. Com a nova política, a área de comercialização terá liberdade para alterar o valor, dentro de uma faixa entre 7% para mais ou menos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Brasília

Título: Governo de São Paulo corre para vender a Cesp

A decisão do governo do Estado de São Paulo de não buscar a renovação das concessões da Cesp antes da privatização se deu, entre outros motivos, pela pressa em realizar a venda da companhia elétrica ainda neste ano, apurou o **Valor**.

Para que a renovação das concessões pudesse ser feita nos termos exigidos pela União, com pagamento de uma outorga, seria necessário alterar a Lei 9.074, das privatizações, processo que poderia se arrastar devido ao cenário político conturbado em Brasília.

O conselho diretor do programa estadual de desestatização do Estado de São Paulo decidiu, em 13 de junho, avançar no processo de privatização da Cesp mantendo os prazos de vigências atuais das concessões de geração da companhia, sem buscar uma renovação antecipada.

A decisão pegou o mercado de surpresa e resultou na queda do preço das ações da Cesp, uma vez que sua principal concessão, a usina hidrelétrica de Porto

Primavera, termina já em 2028. A renovação antecipada da concessão por mais 30 anos era vista como uma possibilidade do governo levantar mais recursos com a venda da companhia.

A esperança do governo paulista, agora, é usar a dissociação da crise do governo federal para atrair compradores para a companhia, que deve passar em setembro pela sua quarta tentativa de privatização. A referência do preço mínimo, que será definido no início de agosto, será por fluxo de caixa descontado, mas o governo também tem como referência o valor de mercado da elétrica, próximo de R\$ 5 bilhões atualmente.

A Secretaria da Fazenda de São Paulo estava negociando com o governo federal utilizar um dispositivo da Lei 9.074 para renovar as concessões da Cesp antes da privatização. O problema é que essa legislação estabelece, como contrapartida, apenas o pagamento de uma receita de uso de bem público (UBP), que é um percentual de até 2,5% da receita da concessão por um certo período.

A União, por sua vez, queria cobrar uma outorga pela renovação das concessões. Seria necessário fazer uma alteração na lei, um processo que poderia se arrastar dado o cenário político atual.

O fator determinante para o Estado de São Paulo preferir seguir no processo com os prazos atuais foi justamente a exigência de uma outorga significativa, representando todo o fluxo de caixa adicional que haveria em decorrência da extensão do prazo, além de uma participação proporcional do eventual ágio que a privatização pudesse proporcionar.

Com a concessão mais curta, a atratividade do ativo fica reduzida, assim como o potencial ganho com a venda da companhia.

Os atuais acionistas têm ainda outra saída para aumentar os ganhos com a companhia: as indenizações pleiteadas pelas concessões que foram devolvidas. Atualmente, a Cesp disputa na Justiça o recebimento de R\$ 8,3 bilhões, sendo R\$ 6,6 bilhões referentes à hidrelétrica de Três Irmãos, R\$ 915 milhões de Ilha Solteira e R\$ 647 milhões de Jupia.

Desse total, há um valor "incontroverso" de cerca de R\$ 2 bilhões, que já foi reconhecido pela União como o valor a ser pago à Cesp.

Os termos do contrato de privatização vão garantir que os atuais acionistas ficarão com essas indenizações. Além disso, será o governo de São Paulo que manterá as negociações com a União referente aos valores em disputa.

Aos novos sócios, caberá solicitar a renovação da concessão de Porto Primavera cinco anos antes, como determina a legislação atual. O preço da companhia deve refletir essa realidade na privatização.

Hoje, o parque gerador da companhia é composto por três usinas. Porto Primavera, que tem 1.540 megawatts (MW) de potência, e vencimento em julho de 2028, Paraibuna, com 87 MW de potência e vencimento em março de 2021, e Jaguari, com 27,6 MW e vencimento em maio de 2020.

No início de julho, representantes do governo paulista, da companhia, e dos bancos contratados para a operação, viajam para China, Europa, Estados Unidos e Canadá para apresentar a companhia a investidores.

A ideia dos vendedores é destacar que se trata de um ativo com fluxo de caixa assegurado por no mínimo 10 anos, com energia contratada a preços atrativos e uma gestão conservadora.

A maior parte do 'road show' será na China, onde está a principal candidata a ficar com a Cesp: a China Three Gorges (CTG), que já comprou vários dos ativos que pertenciam à estatal no passado.

Em 11 de julho, será realizada uma audiência pública pelo governo paulista, que será uma oportunidade para que os investidores interessados se manifestem sobre a companhia e tenham acesso a uma versão preliminar do edital da venda.

A expectativa dos envolvidos, segundo o **Valor** apurou, é que o edital final saia no início de agosto, com o preço mínimo estabelecido. A venda, se bem sucedida, deve se dar em um leilão na bolsa em meados de setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Ex-presidente da Light avalia comprar distribuidora

O ex-presidente da Light José Luiz Alquéres estuda oportunidades de investimentos na distribuidora fluminense, cujo bloco de controle deve ser colocado à venda pela estatal mineira Cemig. O executivo, que também foi presidente da Eletrobras e recentemente deixou a presidência do conselho de administração da estatal elétrica, disse aguardar notícias sobre as "reais intenções" da Cemig em vender sua participação na Light para prosseguir com os estudos.

"Considero os destinos da Light e da cidade do Rio umbilicalmente ligados. Extremamente preocupado com ambos, vejo uma oportunidade de colocar ambas as instituições em um caminho de desenvolvimento sustentável, do qual se afastaram nos últimos tempos", disse Alquéres ao **Valor**.

"Estou aguardando mais notícias sobre as reais intenções da Cemig de vender aquela estranha 'empresa privada que é estatal' para ir adiante nos meus estudos", completou o executivo.

Alquéres foi presidente da Light entre 2006 e 2010. Ele assumiu o comando da empresa quando o consórcio Rio Minas Energia, formado na época por Andrade Gutierrez, Cemig, Pactual e JLA, adquiriu o controle da distribuidora que pertencia à francesa EDF. Na ocasião, os novos controladores haviam pago US\$ 320 milhões por 79,6% das ações da elétrica fluminense.

No início deste ano, Alquéres protagonizou outro momento importante no setor elétrico, ao deixar a presidência do conselho de administração da Eletrobras. Em carta, o executivo alegou que sua saída se devia a "razões individuais e para atuar em novos desafios". No mercado, porém, comentou-se que sua saída seria uma reação à interferência política na indicação de cargos para subsidiárias do grupo, como Furnas e Itaipu.

Na última semana, o presidente do conselho de administração da Light, Nelson Hubner, contou ao **Valor** que a Cemig planeja fazer um leilão do bloco de controle da Light (formado pela estatal mineira e os bancos Votorantim, Banco do Brasil e Santander, com 52% da companhia) na bolsa de valores de São Paulo (B3).

O mercado reagiu mal à informação, devido ao receio de que a Cemig pudesse decidir por uma venda pulverizada de suas ações na Light, o que iria reduzir o valor dos papéis e acabar com a chance de recebimento de um prêmio pelo controle da companhia.

Duas fontes próximas do assunto, no entanto, explicaram que a principal alternativa em estudo pela Cemig é leiloar o bloco de controle para um único comprador, a exemplo do que a Eletrobras e o governo de Goiás fizeram com a privatização da Celg Distribuição, arrematada pela italiana Enel, no ano passado.

"O fato de a participação ser leiloada na bolsa não quer dizer que será pulverizada", disse uma delas.

Com relação à possível investida de Alquéres na Light, o mercado ainda tem dúvidas sobre a aposta. Para algumas pessoas próximas ao negócio, é pouco provável que o executivo tenha cacife para entrar na disputa contra outras companhias robustas financeiramente.

No mercado, comenta-se que os favoritos em um eventual leilão são a Enel, que já controla a Ampla, distribuidora vizinha e com potencial de sinergia com a Light, o grupo Equatorial, que já fez proposta pelo negócio à Cemig no passado, porém sem sucesso, e um investidor chinês, não necessariamente a State Grid, dona da CPFL. **(Colaborou Camila Maia, de São Paulo).**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Brasília

Título: Queda de preço reduz impacto do GSF a R\$ 13 bi

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) voltou a reduzir a estimativa de impacto previsto para o déficit de geração hídrica (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) para R\$ 13,1 bilhões neste ano, sendo R\$ 9,3 bilhões no ambiente de contratação regulado (das distribuidoras de energia) e R\$ 3,8 bilhões na negociação livre.

A projeção representa um impacto negativo inferior ao previsto pela CCEE em junho, de um impacto negativo de R\$ 20,9 bilhões, sendo R\$ 14,2 bilhões no mercado regulado e R\$ 6,7 bilhões no mercado livre.

A mudança se deu pela redução do preço de liquidação das diferenças (PLD, preço referência das negociações no mercado livre de energia) previsto para este ano. A CCEE prevê um PLD médio de R\$ 189 por megawatt-hora (MWh) no submercado Sudeste/Centro-Oeste, o maior do país.

Em junho, a expectativa era de um PLD médio de R\$ 263 o MWh para o ano nessa região. As informações constam na apresentação do boletim InfoPLD, feita ontem pela CCEE.

Nesta primeira semana de julho, o PLD de todo o país foi fixado em R\$ 233,32 o MWh, acima dos preços médios de junho. No submercado Sudeste/Centro-Oeste, o PLD médio do mês passado foi de R\$ 124,70 o MWh.

Segundo a CCEE, o PLD deve ficar na faixa de R\$ 150 o MWh a R\$ 200 o MWh até outubro deste ano, antes de ter uma ligeira queda entre novembro e dezembro, quando volta o período chuvoso do ano. A expectativa é de que o preço volte a crescer a partir de janeiro do ano que vem, para em torno de R\$ 200 o MWh.

O déficit hídrico previsto para o ano é de 14,3%. A previsão do impacto financeiro do GSF leva em conta esse percentual e o PLD esperado para o período.

O GSF se torna um problema para as companhias hidrelétricas quando o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reduz o despacho das usinas para preservar os níveis dos reservatórios, como resposta à crise hídrica.

Se uma usina tem 100 MW médios de garantia física e o GSF médio do período for de 20%, essa usina só vai poder gerar, no mundo comercial, 80 MW médios - mesmo que tenha gerado mais que isso no mundo físico, pois todas as usinas fazem parte do mesmo "condomínio", o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Se essa usina tiver contratado 95 MW médios, ela terá uma exposição de 15 MW médios no mercado livre. Normalmente, esse volume é liquidado pelo PLD. Daí vem a estimativa da CCEE.

Não necessariamente esse valor corresponde ao custo total que as empresas terão no ano com o GSF. No mercado regulado, por exemplo, o governo editou uma lei que permitiu que as hidrelétricas comprem um "seguro", e transfiram o risco hidrológico para o consumidor.

No mercado livre, esse seria o efeito contando a contratação total das empresas, mas a maior parte delas já tem algum tipo de estratégia de alocação de energia ou de volume contratado para fazer frente à exposição ao PLD.

Além disso, a maior parte das usinas hidrelétricas no mercado livre conta com liminares que limitam os efeitos do GSF a zero ou 5% de suas garantias físicas. Por esse motivo, a CCEE tem hoje cerca de R\$ 1,6 bilhão travado, montante correspondente aos valores protegidos pelas decisões judiciais.

O governo negocia uma solução para repactuar o GSF do mercado livre para que as companhias abram mão das liminares. Como contrapartida, as usinas pedem a extensão das suas concessões de forma proporcional à exposição de cada uma ao risco hidrológico, mas ainda não houve uma decisão nesse sentido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Cemig e Taesa

O conselho de administração da Cemig aprovou ontem os termos da reestruturação societária que envolve a transferência à Taesa das participações que detém nas concessionárias Transleste, Transudeste e Transirapé. As sociedades, em conjunto, são denominadas Transmineiras. A reestruturação ainda está sujeita à apreciação final do conselho de administração da Taesa, à

aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Cemig está em meio a um processo de desinvestimentos para reduzir sua dívida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Chrystiane Silva e Denyse Godoy | De São Paulo

Título: Ibovespa tem giro fraco, mas sobe com siderúrgicas

A ausência de notícias corporativas e a véspera do feriado da Independência nos Estados Unidos fizeram com que a bolsa de valores brasileira começasse o segundo semestre do ano com alta, mas com fraco movimento financeiro. A valorização da bolsa foi puxada pelas ações de companhias siderúrgicas, que tiveram um bom desempenho após a divulgação de dados que mostram que a economia chinesa continua em expansão.

O Ibovespa subiu 0,60%, para 63.280 pontos, e o movimento financeiro ficou em R\$ 4,7 bilhões, abaixo da média diária do ano que é de R\$ 6,2 bilhões. "Sem notícias corporativas e com a ausência dos investidores americanos, o Ibovespa ficou restrito ao giro diário", diz Ari Santos, gerente de mesa Bovespa da H.Commor DTVM.

A China divulgou que o PMI (índice de gerente de compras) industrial avançou 50,4 em junho. Em maio, havia ficado em 49,6. O indicador privado de atividade industrial da China se recuperou em junho. Com isso, as ações de companhias siderúrgicas subiram. Os papéis da Usiminas ganharam 2,17% e as ações da Gerdau Metalúrgica tiveram alta de 3,02%. As ações preferenciais classe A da Vale subiram 1,86% e os papéis ordinários tiveram alta de 2,24%. A Usiminas também foi favorecida porque o Credit Suisse elevou o preço-alvo para o papel de R\$ 4,50 para R\$ 5. Ontem, a ação fechou em R\$ 4,73. A recomendação é neutra.

A crise institucional continua sendo um dos principais fatores de preocupação para os investidores e com reflexos negativos para o mercado acionário. No mês passado, o índice MSCI Brazil caiu 1,82%, o oitavo pior resultado entre os países emergentes. No ano, o índice sobe 1,7%. O MSCI foi criado pelo banco Morgan Stanley para comparar diversas bolsas de valores no mundo todo. No caso do Brasil, o índice inclui praticamente as mesmas ações do Ibovespa e é cotado em dólar.

Em junho, o índice de mercados emergentes subiu 0,54% e acumula ganho de 17,22% no ano. Entre os emergentes analisados no mês passado, a maior valorização ficou com o MSCI da Grécia, que teve alta de 5,54%. O índice que mais

caiu em junho foi o do Qatar, com desvalorização de 7,90%; no ano, a queda foi de 12,18%.

A volatilidade das ações brasileiras também diminuiu nos últimos dias. O índice CBOE Brazil ETF Volatility caiu 1,44% ontem para 30,18 pontos. No auge da crise política, em 18 de maio, o índice marcou 50,34 pontos. A menor oscilação de preços com a baixa volatilidade reforça a estratégia dos investidores de apostar em transações de curto prazo, diante das incertezas políticas.

MME / ASCOM .